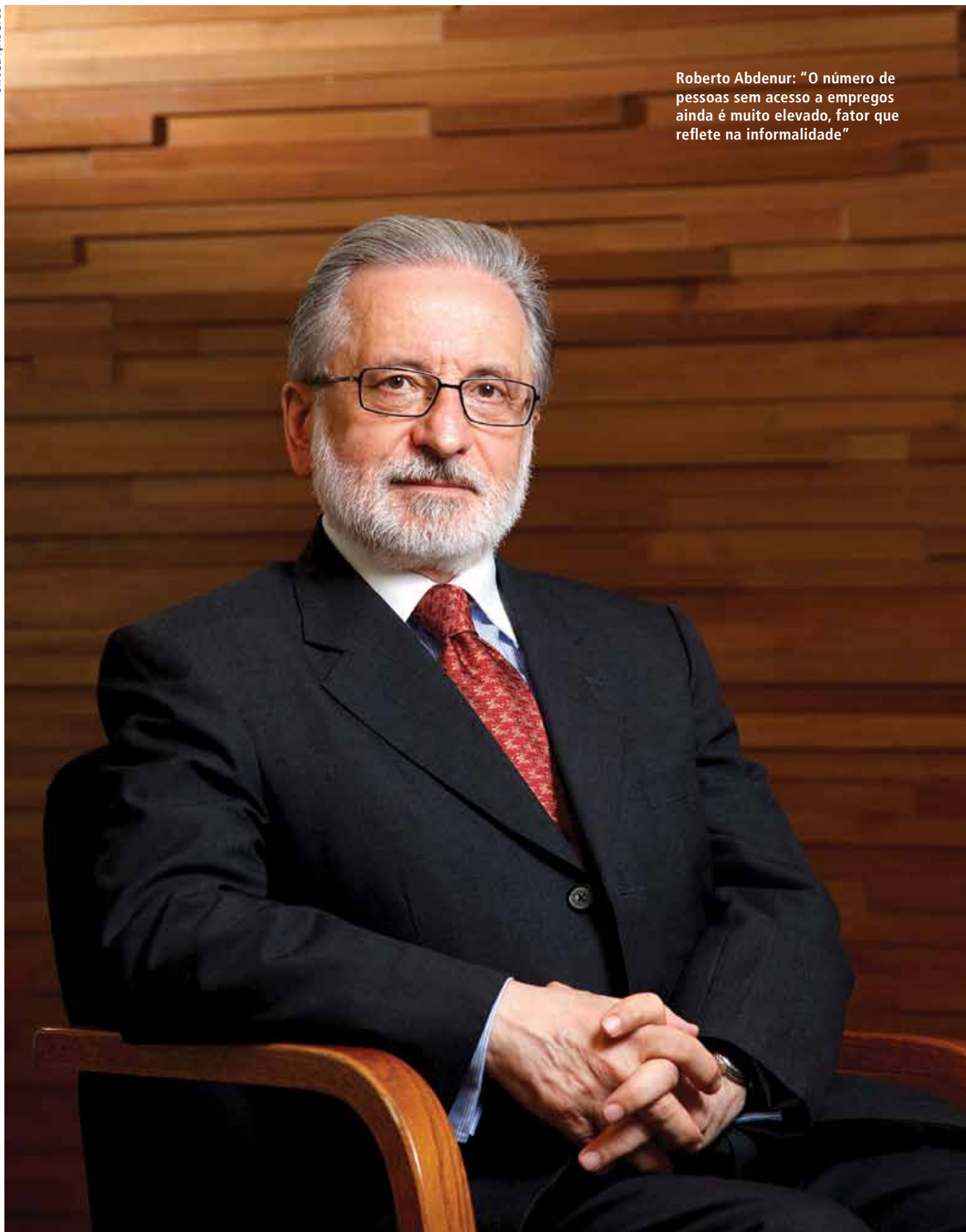


Roberto Abdenur: "O número de pessoas sem acesso a empregos ainda é muito elevado, fator que reflete na informalidade"



CRESCIMENTO DA ECONOMIA INFORMAL MANTÉM-SE ESTÁVEL NOS ÚLTIMOS ANOS

A economia informal, que define a produção de bens e serviços não reportados ao governo, produziu R\$ 663 bilhões no ano passado – quantia equivalente a 18,3% do PIB. O índice divulgado em junho último pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) mostra uma estabilização: em 2009, o índice apresentado foi de 18,5%, enquanto em 2008 registrou-se o percentual de 18,7%.

Embora o patamar equilibrado ao longo dos últimos três anos sinalize uma redução gradual da economia informal no Brasil, a queda ainda é tímida demais para ser comemorada. Segundo o presidente executivo do ETCO, Roberto Abdenur, o índice “convoca a sociedade e os poderes públicos a uma reflexão sobre as razões dos atuais resultados, principalmente levando em consideração o processo de modernização do País”.

Além de manter ligações com o crime organizado e de precarizar as relações de trabalho, a informalidade, alerta Abdenur, traz prejuízos diretos para a sociedade, cria um ambiente de transgressão e estimula o comportamento econômico oportunista, com queda na qualidade do investimento e redução do potencial de crescimento da economia brasileira.

Na entrevista concedida à *O Papel*, o presidente do ETCO dá mais detalhes sobre os trâmites que endossam a economia também chamada de subterrânea e que precisam ser combatidos com urgência.

O Papel – Quais fatores estimulam a economia informal no Brasil?

Roberto Abdenur – Há um conjunto deles, entre os quais o excesso de tributação, sem dúvida, se sobressai. Nossa carga tributária está em mais de 35% do PIB, e o nível de impostos indiretos embutidos nos preços dos produtos chega a ser absurdo e injusto socialmente. A alta carga tributária adquire maior relevância quando somada ao excesso de burocracia atrelado não só ao próprio pagamento de impostos, mas também a atividades como a abertura ou fechamento de empresas e a simples condução dos negócios. O fato de, ao longo do tempo, a economia formal não ter sido capaz de gerar empregos na proporção do crescimento da população economicamente ativa também reflete diretamente na informalidade. Essa situação tem melhorado muito, mas o número de pessoas sem acesso a empregos ainda é muito elevado. Por fim, vale lembrar que a corrupção também é parte do problema, com o envolvimento, por vezes, de funcionários públicos, a prática de suborno ou mesmo a participação de maus políticos nessas atividades.

O Papel – De que forma o atual contexto econômico brasileiro age na economia informal? A economia aquecida é um fator favorável ao crescimento da economia informal ou, pelo contrário, pode ser uma estratégia para frear o crescimento da informalidade?

Abdenur – O aumento de renda, como ocorre, por exemplo, com a expansão da classe média, permite

“Ainda há muito a ser feito pelas autoridades em termos de simplificação e racionalização do sistema tributário, alívio da carga de impostos e redução de exigências burocráticas”

Estados Unidos e Alemanha são bons exemplos de combate à informalidade. Incentivo ao pequeno/médio empreendedor e racionalização da carga tributária estão entre as ações que podem ser tomadas como referência

ao consumidor ter mais acesso a produtos inseridos na economia formal. Esses produtos podem ser mais caros do que os equivalentes piratas ou vendidos na informalidade, mas têm a vantagem de autenticidade e melhor qualidade. É preciso reconhecer que, por conta da alta tributação e dos outros fatores mencionados, continua a ser grande o estímulo ao consumo de bens e serviços da economia informal. É preciso considerar, entretanto, que o aumento do crédito leva a uma busca de formalização por quem, estando na informalidade, a ele não tem acesso. A maior disponibilidade de crédito também facilita ao consumidor optar por produtos e serviços da economia formal. Em suma, o que é preciso – e vem ocorrendo – é um processo de maior institucionalização da economia em geral.

O Papel – O governo tem se posicionado de alguma forma para controlar a participação da economia informal?

Abdenur – A modernização da economia brasileira vem ganhando força graças a fatores como o aumento do crédito, a expansão da classe média, a agilização do Judiciário e algumas ações para simplificação do regime de arrecadação de impostos – como o Simples, que beneficia o nicho e pequenas empresas. Há também a adoção, pelos Estados, de instrumentos modernos como a Nota Fiscal Eletrônica, mas ainda há muito a ser feito pelas autoridades em termos de simplificação e racionalização do sistema tributário, alívio da carga de impostos e redução de exigências burocráticas.

O Papel – Quais prejuízos o crescimento da economia informal pode acarretar ao País?

Abdenur – Há vários prejuízos, entre os quais a queda na geração de empregos formais e a permanência dos que atuam na informalidade em situação precária, desprovidos de qualquer segurança, de benefícios previdenciários. Esses, por sua vez, formam um amplo contingente excluído do mercado e até da sociedade organizada. Outro problema é a perda da receita de impostos, com prejuízos para programas importantes como saúde pública, educação, infraestrutura e segurança. Há também prejuízos para o próprio consumidor, ao adquirir produtos de má qualidade, fora dos padrões dos órgãos reguladores e de defesa do consumidor. Por fim, há o desestímulo a novos investimentos por empresários que são prejudicados por essas atividades. No limite extre-

mo, muitas vezes, os lucros da economia subterrânea vão para a lavagem de dinheiro e atividades ilícitas ou mesmo criminosas.

O Papel – É possível afirmar que o pequeno e médio empresário são os que mais enfrentam problemas para arcar com os custos previdenciários da contratação celetista e, por isso, permanecem na informalidade?

Abdenur – Todos os setores, sem exceção, sofrem com a economia informal, de microempresas a multinacionais, não importando o ramo de atuação. A economia informal inclui o sonegador de impostos, o pirateador e o contrabandista, que são as facetas mais conhecidas desse tipo de contravenção, mas há também o pequeno comerciante ou prestador de serviço não registrado, em muitos casos por causa dos custos e complicações burocráticas do regime celetista.

O Papel – Quais são as expectativas para o ano de 2011? A tendência é de a economia informal caminhar paralelamente à formal ou espera-se uma queda em comparação ao patamar apresentado em 2010?

Abdenur – Até certo ponto, é positivo que esteja ocorrendo certa redução na participação da informalidade no total da economia, mas a redução vem sendo muito lenta e gradual, e o nível ainda está muito elevado, o que é indesejável. O nível da economia subterrânea brasileira, de 18,3% do PIB, é mais ou menos o dobro da média dos países desenvolvidos. Vale ressaltar que alguma medida de informalidade é praticamente inevitável, mesmo em países altamente desenvolvidos. A informalidade no Brasil, contudo, é demasiadamente elevada para a saúde de nossa economia e seu valor absoluto – hoje no patamar de R\$ 663 bilhões, cifra que praticamente corresponde ao PIB da Argentina.

O Papel – Tomando outros países como referência, quais podem ser citados como bons exemplos de “combate” à economia informal? Tais exemplos poderiam ser aplicados no Brasil?

Abdenur – Há diversos países bem-sucedidos no combate à economia informal. Posso citar os Estados Unidos e a Alemanha, países onde residi e pude acompanhar como as ações de estímulo e apoio à formalidade ocorriam na prática. Entre as principais ações que podemos tomar como referência está o incentivo ao pequeno e médio empreendedor, com a facilitação de acesso a crédito bancário, a racionalização da carga tributária e a desburocratização na abertura de empresas. ■